



*Identidade!* é licenciada  
sob uma Licença Creative Commons.

**Descobrimiento/achamento,  
encontro/contacto e  
invasão/conquista: a visão  
dos índios na descoberta da  
América Portuguesa**

**Discovery / finding, meeting /  
contact and invasion /  
conquest: the vision of  
indians in America discovery  
Portuguese**

***Alessandro Martins Gomes***

Doutorando em Estudos Clássicos: Mundo Antigo na Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Teologia pela Faculdades EST e em História do Império Português pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Especialista em História Antiga e Medieval, Metodologia do Ensino de História e Geografia e História do Brasil. E-mail: alessandromartinsgomes@hotmail.com.

***Roberto Barroso da Rocha***

Mestre em Teologia e Educação pela Faculdade EST e Professor da disciplina de Ensino Religioso. Doutorando em Estudo da Religião pela Universidade Católica Portuguesa de Braga. E-mail: robertogoiano@hotmail.com.

**Resumo:**

A proposta do artigo é discutir a questão da interpretação historiográfica sobre a visão dos índios na América Portuguesa e da análise de como se deu o contato entre colonizadores e os habitantes da América Portuguesa – descobrimiento/achamento, encontro/contacto ou invasão/conquista? Tem como objetivo analisar essa aproximação em si, e também o que esse processo representou tanto para colonizadores quanto para colonizados. A investigação foi dividida em quatro momentos. Num primeiro momento, analisaremos as características da viagem à América Portuguesa e o pioneirismo de Portugal nessas descobertas. No segundo momento, faremos um exame sobre a questão da intencionalidade dessa viagem, se as terras do Novo Mundo já eram conhecidas ou se essa chegada às novas terras se deu sem intenção prévia. Num terceiro momento, investigaremos como se deu esse processo por três perspectivas: descobrimiento/achamento, encontro/contacto e invasão/conquista. No quinto momento situaremos a visão dos índios na perspectiva eurocentrista. Para finalizar a referida pesquisa, faremos uma conclusão com um posicionamento em relação à esse processo e de como se deu esse complexo procedimento de aproximação entre índios e Portugueses.

**Palavras-chave:** Interpretação historiográfica. Índios. Colonização. América Portuguesa.

**Abstract:**

The purpose of the article is to discuss the issue of historiographical interpretation of the vision of the Indians in Portuguese America and analysis of how was the contact between settlers and the inhabitants of Portuguese America - discovery / finding, meeting / contact or invasion / achievement? The goal of such research is analyze this approach itself, and also that this process represented both settlers and for colonized. The research was divided

into four stages. At first, we analyze the characteristics of the trip to Portuguese America, and the pioneering of Portugal these findings. In the second time, we did a survey on the issue of intentionality that trip, if the lands of the New World were already known or if this arrival to the new land was given without intention. Thirdly, we investigate how this process took place three perspectives: discovery / finding, meeting / contact and invasion / conquest. In the fifth chapter we situate the vision of the Indians in the Eurocentric perspective. To finish this research, we made a conclusion with a position in relation to this process as happened this complex approach procedure between Indians and Portuguese.

**Keywords:** Historiographical interpretation. Indians. Colonization. Portuguese America.

## Introdução

Existem algumas linhas de pesquisa sobre as descobertas das terras do Novo Mundo, tanto na questão da origem dessa descoberta pelo qual Portugal se destacou, quanto pela intencionalidade dessa descoberta. A questão da intencionalidade da descoberta destas terras ainda tem sido muito discutida, se as terras brasílicas já eram sabidas e foram assim encomendadas à Cabral sua descoberta, ou se realmente não se sabia e devido diversos fatores as encontraram realmente pro acaso.

Porém, na maioria dos casos, não se pensa na visão de quem já habitava a terra, de quem já era possuidor e de repente se vê ameaçado pela colonização. Normalmente se vê essa história através da visão dos colonizadores e de seus feitos. Assim, analisaremos o fato evidenciando a omissão por parte da Coroa Portuguesa de um plano de colonização pré-definido, pois não perceberam a riqueza da terra descoberta. Assim, analisaremos como se deu o contato entre colonizados e colonizadores e com se deu o choque de ambas as culturas.

## A viagem até ao Brasil

Existem algumas linhas de pesquisa e alguns vieses de pensamentos em torno da viagem ao Brasil, do seu descobrimento ou quem sabe um possível contato ou invasão às terras do Novo Mundo, que, mais tarde, seriam as terras brasílicas. Por vezes, não se tem uma ideia da total abrangência que envolveu a organização e dimensão da armada de Cabral. Nas escolas brasileiras, normalmente se ensina que o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral, porém, esse fato não pode ser considerado isoladamente, faz parte de uma série de acontecimentos na história de Portugal, sendo incluído nas circunstâncias que envolvem a expansão marítima portuguesa.

Nesse sentido, remontamos ao processo chamado de globalização. Há quem atribua esse fenômeno ao século XIX, e outros a épocas mais antigas, nos séculos IX e XII, porém “têm sido

tradicionalmente associadas às origens da globalização às navegações de finais do século XV”.<sup>1</sup> Luís Adão da Fonseca define bem alguns aspectos a considerar a esse respeito:

Sendo este um processo tendente a uma progressiva e global interdependência entre regiões diferentes, caracterizada pela maior rapidez e intensidade das comunicações e dos intercâmbios, trata-se de uma realidade complexa, na qual intervêm múltiplos factores que, em suma, podem ser reduzidos a quatro tipos: religiosos, tecnológicos, econômicos e político-militares.<sup>2</sup>

A globalização não é um ato, mas sim um processo, pois está em constante progressão. Esse processo se efetivou de fato no século XX, mas pela sua definição, como um procedimento de integração entre sociedade e economias de diferentes países, é possível entender que esse sistema começou justamente no período das grandes navegações, nos séculos XV e XVI, pois foi quando o mundo europeu teve contato com outros povos de outros continentes, que “[...] se processou esta primeira globalização no espírito dos que, em terra, tiveram de conceptualizar, pela primeira vez, a experiência de contactos globais protagonizados por aqueles que, no mar, demandaram regiões cada vez mais longínquas [...]”.<sup>3</sup>

Se foi através das Grandes Navegações que se iniciou o processo de globalização, foi através da colonização que esse processo se materializou. Assim, precisamos entender que colonização é um sistema que ocorre quando pessoas de uma região saem para habitar ou explorar outro espaço. Nesse procedimento, é preciso atentar para um ponto muito importante, o de encontro ou choque de culturas. Isso pode ser visto nas descobertas marítimas, que foram além de concepções geográficas e capitalismo comercial, surgindo assim um novo significado para as relações que regem os povos.

Houve nesse período diversas mudanças conceituais para os europeus ao se depararem com diversos costumes que desconheciam. Claro que durante esse processo de aculturação, muitas vezes forçado, ocorre à destruição de algumas culturas. E nesse processo de europeização houve um grande choque, pois os europeus se revelaram preconceituosos e racistas, por conta dos povos serem distintos, de cores diferentes e costumes díspares.

Por vezes, esse encontro de culturas pode se tornar um confronto, haja vista o uso de meios de violência e armas para a subjugação dos povos colonizados, e, muitas vezes, justificando a servidão pela inferioridade desses povos em relação aos seus colonizadores. Russell-Wood corrobora essa ideia quando afirma que “no Brasil, as relações com os povos índios, inicialmente amistosas, deterioraram-se rapidamente, levando a hostilidades e a campanhas vigorosas contra os povos nativos no final do século XVI, sobretudo durante o governo de Mem de Sá (1557 – 1572).<sup>4</sup> Muitas foram às razões que levaram os europeus a enfrentarem seus medos de todo um imaginário

<sup>1</sup> FONSECA, Luís Adão da. A Primeira Expansão Portuguesa e a Globalização: do Poder Naval à Consciência da Unidade do Mundo. *Conferência proferida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 2005, p. 3.

<sup>2</sup> FONSECA, 2005, p. 3.

<sup>3</sup> FONSECA, 2005, p. 6.

<sup>4</sup> RUSSEL-WOOD, Anthony John R. Padrões de Colonização no Império Português, 1400 – 1800. In: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diego Ramada (Dir.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*, 2010, p. 183.

que se descrevia do oceano, chamando-o inclusive de Mar Tenebroso, repleto de monstros e figuras assustadoras, e também, e das terras para além dele.

Muitos portugueses foram atraídos a saírem da metrópole pela oportunidade de ascensão militar e terras gratuitas, afinal, com a lei do morgadio, ou morgado<sup>5</sup>, as propriedades ficavam vinculadas e não podiam ser vendidas ou alienadas, e quando o possuidor morresse, passaria à posse do filho primogênito. Significava um vínculo entre o pai e a sua descendência, para que os bens da família não saíssem da linhagem, sendo uma forma de organização familiar, originada da legislação castelhana.

Analisando o fato de Portugal ser o pioneiro no início das aventuras além-mar, podemos saber que existem diversos fatores para se explicar esse pioneirismo, como o “gosto pela aventura”<sup>6</sup>, mas temos que pensar no sentido da palavra aventura na época das grandes navegações, pois muitas coisas no mundo ainda eram desconhecidas, até mesmo os fenômenos da natureza podiam causar espanto, atravessar um oceano desconhecido com certeza seria uma grande aventura.

Podemos também citar o “desenvolvimento das técnicas de navegação”<sup>7</sup>, pois os portugueses tinham grande conhecimento naval, suas embarcações também eram bem arquitetadas, tipos leves e velozes, podendo se aproximar bem da terra sem perigo. As expedições marítimas também tinham o foco da pesca, pois essa prática inseria-se no cotidiano dos marinheiros. Em muitas viagens, inclusive de descobrimento, “os navios iam lastrados com sal, para permitir a salga do pescado e das peles de foca”, pois a alimentação dos tripulantes também dependia da pesca, por conta da deficiência dos alimentos e carnes fumados.<sup>8</sup>

A pesca afastou-os também da costa portuguesa, Marques diz que “apesar da extensa linha de costa, Portugal, não é um país proporcionalmente rico em peixe. A sua plataforma continental mostra-se assaz estreita, e os fortes ventos do ocidente que o batem – tempestuosos com frequência – não permitem uma produtividade regular ao longo do ano”, e que “mais a sul, em águas marroquinas, o fenômeno era outro”, pois “a costa atlântica da Berbéria<sup>9</sup> tinha a fama – fama que se prolongou até a atualidade – da sua riqueza piscícola”.<sup>10</sup>

Devemos também citar o viés comercial, com o grande interesse pelo ouro e pelas especiarias, produtos com ideia associada a substância rara ou muito cara, sendo assim, englobava condimentos, perfumaria e medicamentos. Muitas dessas especiarias eram caras por conta da precariedade das técnicas de conservação dos alimentos na época, pois grande parte deles era

---

<sup>5</sup> Conforme Garcia (2010, p. 216), morgado significa “uma instituição jurídica de defesa da nobreza que permitia que os domínios senhoriais ficassem inalienáveis e indivisíveis por morte do titular, devendo ser transmitido ao descendente varão primogênito”.

<sup>6</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 23.

<sup>7</sup> FAUSTO, 1995, p. 25.

<sup>8</sup> MARQUES, Antônio Henrique de Oliveira. A Expansão no Atlântico. In: SERRÃO, Joel & MARQUES, Antônio Henrique de Oliveira (Orgs.) *A Expansão Quatrocentista*, Nova História da Expansão Portuguesa (vol. II). Lisboa: Estampa, 1998, p. 17.

<sup>9</sup> É o termo que os europeus utilizavam desde o século XVI até o século XIX para referir-se às regiões costeiras: Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia.

<sup>10</sup> MARQUES, 1998, p. 18.

conservada no sal ou no sol, deixando-os com gostos muito desagradáveis, o qual era amenizado através do uso de muitas dessas especiarias.

Outro fator foi “a ocupação da costa africana e as feitorias”, que significou grandes avanços, como ultrapassar o Cabo Bojador, o Cabo da Boa Esperança, a chegada à Índia, China e Japão, e, com isso, estabeleciam pontos de comércio na costa sem penetrar profundamente no território.<sup>11</sup> Outro fator muito importante foi “a ocupação das ilhas do Atlântico”<sup>12</sup>, nas quais realizaram experiências bem diferentes. Perderam a posse das ilhas canárias, mas diversas outras ficaram sob seu domínio, como a ilha da Madeira em 1420, dos Açores em 1427, Cabo Verde em 1460 e São Tomé em 1471. E, por último, “a chegada ao Brasil”, que, apesar da controvérsia “se o nascimento do Brasil se deu por acaso” ou não quando da viagem em busca das Índias, mas se sabe que mudou para sempre a história do mundo, e, principalmente de Portugal.<sup>13</sup>

Os séculos XV e XVI foram períodos de importantes transformações na Europa, grandes navegações, expansão comercial e fortalecimento do Estado, e, para isso, os reis necessitavam ter dois cuidados: “garantir a segurança das suas fronteiras e fortalecer o Tesouro Real”.<sup>14</sup> Grande parte dessa transformação se deu através da formação dos estados nacionais, a partir do momento que o sistema feudal entra em crise e vai sendo substituído por uma nova dinâmica política. Entende-se que um novo modelo de estado pressupõe um novo modelo econômico. Durante a Idade Média, a economia era agrária e a medida da riqueza estava no campo e na posse de terras.

Contudo, com a mudança de modelo econômico e a expansão do comércio, muda o foco do sistema de riqueza, que passa a valorizar o metal precioso que o estado acumula, haja vista a necessidade de se cunhar moedas. Num contexto maior, podemos falar de mercantilismo<sup>15</sup>, pois o metal precioso e necessário para cunhar moedas implica na compra de mercadorias, que por sua vez acarreta o lucro gerado por essas vendas, provocando o acúmulo de moedas. Nesse sentido, havia também a prática do protecionismo e do monopólio, taxando produtos estrangeiros para estimular a manufatura nacional, e, estabelecendo exclusivismos comerciais como o pacto colonial<sup>16</sup>.

Foi nesse contexto que a Coroa Portuguesa iniciou o processo de colonização na América, mas precisava manter a posse das terras americanas, e somente seria possível através de atividades que fixassem portugueses nas novas terras, começando assim o processo de povoamento que deve ser entendido como um processo bastante complexo nos dizeres de Albuquerque:

---

<sup>11</sup> FAUSTO, 1995, p. 28.

<sup>12</sup> FAUSTO, 1995, p. 29.

<sup>13</sup> FAUSTO, 1995, p. 30.

<sup>14</sup> BOMENY, Helena; FREIRE, Américo & MOTA, Marli Silva da. *História do Brasil* (vol. 1, Série Telecurso 2000). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), 1995, p. 32.

<sup>15</sup> FAUSTO (1995, p.55) afirma que as concepções de mercantilismo variaram muito em cada região, e que, não era exatamente uma teoria econômica, mas sim um conjunto de normas de política econômica, pressupondo uma grande intervenção do Estado, seja de forma direta assumindo certas atividades econômicas, seja indiretamente criando condições favoráveis para outros grupos alcançassem esses objetivos.

<sup>16</sup> As colônias eram obrigadas a estabelecerem comércio somente com a metrópole, garantindo à Coroa pagar preços mais baixos pelas mercadorias, podendo obter maiores lucros com as vendas desses produtos.

[...] não é difícil reconhecer que a palavra "colonização" aponta claramente para realidades diferenciadas, já que nelas de toda evidência se revela impossível aproximar os fins a atingir ou os resultados a obter das ações que essas colonizações implicam; no caso de azambuja, a colonização reduz-se praticamente a um ato de povoamento de um território integrado no Reino; no Brasil, pelo contrário, a colonização empreendida visava ser um meio de posse de terras que podiam ser por outros (Franceses, por exemplo) disputadas; em Angola, e na primeira das épocas referidas, a colonização, sem enjeitar a ocupação das terras em que os Europeus tinham conseguido se instalar-se, visa principalmente o reconhecimento de territórios até ai esquecidos, com o objetivo de reservar para Portugal as mais extensas parcelas de terras que fosse no futuro possível ocupar.<sup>17</sup>

O Brasil não existia em 1500, existia uma porção de terra, já povoada por seus habitantes nativos, batizados de índios somente porque os europeus pensavam terem chegado à Índia, e muitos caminhos podiam ser tomados ali, mas o que temos hoje é o resultado do que foi feito nesse período, mas com mudanças no passar do tempo, pois “Toda história é contemporânea”, afinal está sempre a ser interpretada com leituras contemporâneas, compreendendo o passado com uma leitura renovada.<sup>18</sup> De início, essa descoberta – que na verdade já não era descoberta, pois a terra já estava habitada – não despertou muito o interesse dos portugueses, pois não sabiam das riquezas dessa terra, mas, com o tempo esse conceito mudou em relação ao Novo Mundo.

### A questão da intencionalidade

Não se sabe ao certo quem avistou primeiro a costa brasileira, ou quem chegou primeiro nestas terras. Cristóvão Colombo, essa figura extraordinária, havia herdado um conhecimento profundo da navegação no oceano Atlântico de Bartolomeu Perestrelo por casar-se com sua filha. Quando apareceu em Portugal logo fez amizade com D. João II e discutiu a possibilidade de seu sonho de descobrir o caminho da Índia. D. João não aceitou sua oferta. Colombo então dirigiu-se para Espanha e ofereceu seus serviços e o projeto que tinha, e foi então financiado pela Coroa Espanhola e, com isso, descobriu terras à oeste<sup>19</sup>.

Há indícios de que Duarte Pacheco em sua expedição em 1498 possa ter chegado ao Maranhão e ao Pará, mas não é comprovado, existem apenas indicativos inconclusivos. Pode ser também que, em janeiro de 1500, Vicente Pizón possa ter explorado a costa norte do Brasil e encontrado a foz do rio Amazonas, mas também não é comprovado. Após a volta da armada de Vasco da Gama, D. Manuel resolve enviar uma segunda esquadra à Índia, e coloca Cabral no comando, o qual era um fidalgo de sua confiança, de excelente reputação militar.<sup>20</sup> O primeiro contato comprovado dos europeus com o Brasil foi de uma armada portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral, em abril de 1500, quando estava a caminho da Índia, tendo partido em março:

<sup>17</sup> ALBUQUERQUE, Luís de. Introdução. In: ALBUQUERQUE, Luís de (Dir.). *Portugal no Mundo*, 1989, p. 9.

<sup>18</sup> LE GOFF, Jacques. Uma entrevista com Jacques Le Goff. Transcrita, traduzida e editada por Monique Augras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 8(4), 1991, p. 263. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2317/1456>>. Acesso em: 05 maio 2015.

<sup>19</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Reis de Portugal*, 2. Dinastia - Aviz, vol. X, D. João II - O Príncipe Perfeito, Filmes Unimundos, 9 discos – DVD, 2007.

<sup>20</sup> DISNEY, Anthony. R. *História de Portugal e do Império Português* (vol. 2; M. Amaral, trad.). Lisboa: Guerra e Paz, 2011, p. 320-321.

Chegado o tempo asado e prestes as naus para a partida, a um domingo, 8 de Março de 1500, dirigiu-se D. Manuel, com toda sua corte ao Restelo, onde já estavam as naus com as gentes de mar e de armas, para juntos ouvirem missa na Ermida de Nossa Senhora de Belém [...].<sup>21</sup>

A Carta de Pero Vaz de Caminha, datada de 1 de maio de 1500 pelo escrivão da feitoria de Calecute enviado por D. Manuel na armada de Cabral, é o documento mais fiel que comprova esse contato com as terras brasílicas, ou terra de Vera Cruz e com seus habitantes ameríndios. Assim, esse encontro marcava então o início da América Portuguesa.<sup>22</sup>

Temos pelo menos três variantes nessa questão da intencionalidade da chegada ao Brasil: Há os que defendem que a “Coroa já sabia, ou pelo menos teria fortes suspeitas, da existência de uma massa continental a sudoeste, tendo mantido a informação, deliberadamente em segredo”<sup>23</sup>, pelo que “ao capitão-mor da segunda armada da Índia teria sido atribuída a missão suplementar de procurá-las.”<sup>24</sup>. Temos também a opinião de que Cabral decidiu por sua própria conta investigar a existência de novas terras, compartilhando de esperanças de ser possível encontrá-las naquela parte do oceano. E temos também, os que defendem a tese do acidental, sendo certo que a armada terá ido até as águas brasileiras devido aos fortes ventos e tempestades ocorridas no Atlântico, desviando-se do contorno da África.

A missiva de Pero Vaz de Caminha “não é apenas uma fonte histórica, mas é o próprio documento transformado em história”, pois o autor conseguiu registrar tudo que viu detalhadamente, informações de diversos domínios<sup>25</sup>. Existem muitos argumentos que reforçam as diferentes visões dessa chegada em terras brasileiras, porém alguns merecem destaque: D. João II conduziu as negociações do Tratado de Tordesilhas com certa estratégia da realeza de Portugal, de forma que “o meridiano que separa a área reservada a Portugal se situasse a 370 léguas a oeste de Cabo Verde e não a 100, como prescrevera o papa Alexandre VI em bula de 1493”, mostrando indícios de um conhecimento do território brasileiro antes da viagem de Cabral.<sup>26</sup> Isso prova o avanço da ciência náutica:

Há exemplos extraordinários do avanço da ciência portuguesa em relação a outros países, como por exemplo a Espanha. O tratado de Tordesilhas é um marco claríssimo, quando os negociadores portugueses pretendem que a linha que definia a zona de influência portuguesa fosse deslocada mais para Oeste, para que o Brasil ainda não “descoberto” e as ilhas da Insulíndia ficassem debaixo da sua influência.<sup>27</sup>

---

<sup>21</sup> CORTESÃO, Jaime. *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa: Casa da Moeda, 1994, p. 103.

<sup>22</sup> CORTESÃO, 1994.

<sup>23</sup> DISNEY, 2011, p. 321.

<sup>24</sup> CARVALHO, Filipe Nunes de. Do Descobrimento à União Ibérica. In: SERRÃO, Joel & MARQUES, António Henrique de Oliveira. (Orgs.). *O Império Luso-brasileiro 1500-1620*, Nova História da Expansão Portuguesa (Vol. 6, p. 19 - 204). Lisboa: Estampa, 1992, p. 66-67.

<sup>25</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal (1495 – 1580)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1990, p. 104.

<sup>26</sup> CARVALHO, 1992, p. 68.

<sup>27</sup> SANTA RITA, Idelfonso de. A construção da segurança no caminho do gelo. Experiências de navegação e manobra no Atlântico do Noroeste. *Revista de Estudos Sociais - Fluxos e Riscos*, 1, 2010, p. 105. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/fluxoseriscos/article/view/2519>>. Acesso em: 04 maio 2015.

Em contrapartida, poder-se-ia pensar que D. João II queria reservar para Portugal a faixa atlântica que proporcionasse ao mesmo o monopólio da navegação para a Índia, sendo assim, essa negociação no Tratado de Tordesilhas seria mesmo voltada à deslocação do meridiano para ocidente mesmo desconhecendo a existência das terras do Novo Mundo.

Alguns historiadores defendem que Cabral foi para águas brasileiras por conta de ventos fortes que desviaram as naus, porém, a Carta de Pero Vaz de Caminha “não faz referência a qualquer tempestade ou incidente ocorrido nessa etapa da viagem”<sup>28</sup>, apesar de que há uma lacuna na carta no que diz respeito ao momento da saída da zona das ilhas de Cabo Verde até 21 de abril, quando se avistaram as terras. Há fortes suspeitas de que a esquadra de Cabral tenha se desviado propositalmente, deixando de merecer crédito a teoria do acaso, tendo Cabral seguido um orientação determinada para proceder à exploração. Sendo então, “quase certo que a região já fora abordada por nautas portuguesas e que a viagem de Cabral não foi de descobrimento, mas de reconhecimento”<sup>29</sup>.

D. João II possuía arquivos secretos, informações de navegadores sobre a existência de uma porção de terra, que não eram as Antilhas, “era mais qualquer coisa”, informações estas que mantinham guardadas em secreto, muitos navegadores afirmaram à ele: “senhor, há qualquer coisa ali, nós não chegamos lá porque não tínhamos condições de tempo, não era essa a missão”<sup>30</sup>. Assim, pode-se entender que

Os nautas portugueses não ignoravam totalmente a existência de terras nos mares ocidentais. A descoberta dos Açores pelas caravelas henriquinas, e, sobretudo as concessões de numerosas ilhas atlânticas são sinais evidentes de que uma pluralidade de estímulos aconselhava a navegar em mar largo para oeste. [...] Os descobrimentos portugueses de terras ocidentais atribuídas ao segundo quartel do século XV acham-se, todavia, envoltos em mistério. Dir-se-ia que figuram no romance geográfico. Se, na verdade, foram realizados ficariam circunscritos ao norte do equador, na costa setentrional da América do Sul ou no Mar das Antilhas. [...] Não obstante, os empreendimentos atlânticos realizados no decurso do século XV são demonstrativos dos indícios do conhecimento português pré-colombino. [...] Já Gago Coutinho, em 1943, numa conferência no Liceu Literário Português, no Rio de Janeiro, concluiu que, durante uma prévia exploração do quadrante sudoeste do Atlântico, em data anterior a 1497, fora encontrada a costa brasileira [...]. Sabe-se, com efeito, que em 1497, Vasco da Gama, embora navegasse com naus, não escalou na Mina. Preferiu traçar uma reta em arco, passando mais de duzentas léguas a oeste e atravessando o Atlântico Sul durante três meses sem ver terra.<sup>31</sup>

## **Descobrimento/achamento, encontro/contato ou invasão/conquista?**

A América Portuguesa nem sempre foi Brasil, foi se transformando em Brasil, era o paraíso dos que o viam pela primeira vez e o lar de quem já habitava a referida terra. Nessa fase

<sup>28</sup> CARVALHO, 1992, p. 55-56.

<sup>29</sup> SERRÃO, 1990, p. 102-103.

<sup>30</sup> SERRÃO, 2007.

<sup>31</sup> DIAS, Manuel Nunes. Expansão Europeia e Descobrimento do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilhderme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. 8. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 52-53, 60.

inicial seria então a América Portuguesa, para depois, através da pluralidade cultural, se formar o Brasil. Afinal, essa terra tem sua constituição de forma híbrida, pois, a formação do povo brasileiro, do ponto de vista histórico, constituiu-se em “um processo de equilíbrio de antagonismos”<sup>32</sup>, com elementos de culturas diferentes se fundindo e nascendo uma cultura nova – a brasileira:

[...] vários particulares se empenhando na exploração daquelas terras, cada um com jurisdição própria sobre a faixa que lhe cabia. Portanto, cerca de 30 anos após o descobrimento, ainda não havia qualquer senso de unidade nas terras que, depois, seriam o Brasil, e que à época sequer tinham nome certo<sup>33</sup>.

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, ocorreu o primeiro choque entre os europeus e os ameríndios que já lá estavam. Posteriormente, com o regime escravocrata e a importação de negros da costa africana, houve também o choque com a cultura negra. Assim, ocorreu um cruzamento entre as culturas do branco europeu, do indígena e do negro africano, sendo que cada uma delas é muito diferente das demais.

Para Gilberto Freyre, a nossa sociedade em formação conseguiu “equilibrar” os antagonismos entre essas culturas diferentes para formar uma nova cultura, uma cultura original, até então não existente no mundo: a cultura brasileira. Podemos dizer, portanto, que a cultura brasileira é híbrida, isto é, miscigenada, formada por elementos que vêm de culturas muito diferentes entre si; e ela é também plural, pois suas manifestações são diversas e têm raízes múltiplas, que podem ser populares ou eruditas. Europeus das mais variadas origens (com predominância dos portugueses), africanos (com predominância dos nativos da Costa do Ouro) e índios constituíram a base de nossa sociedade, que se desenvolveu a partir das misturas possíveis (no plano humano e cultural) entre essas três componentes.

Quando falamos sobre a formação histórica e cultural da América Portuguesa, durante o período de 1500 a 1822, necessariamente precisamos refletir sobre a mestiçagem que se desenvolveu, a partir do encontro entre brancos, índios e negros. Restringindo-se a esse período histórico, podemos pensar a formação da identidade brasileira como resultado da interpenetração de elementos da cultura desses três povos. Cada um deles contribuiu decisivamente para a constituição do povo brasileiro e da identidade nacional.

O importante crítico literário Antônio Candido (1989, p. 165), em um estudo intitulado “Literatura de dois gumes” esclarece muito bem essa questão; diz ele no referido estudo que a literatura no Brasil não nasceu “do encontro de três tradições culturais: a do português, a do índio e a do africano”. Ora, as influências dos dois últimos grupos só se exerceram (e aí intensamente) no plano folclórico; na literatura escrita atuaram de maneira remota, na medida em que influíram na transformação da sensibilidade portuguesa, favorecendo um modo de ser que, por sua vez, foi

<sup>32</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 53.

<sup>33</sup> SOUZA, Laura de Mello. O Nome do Brasil. In: *Revista de História* 145, 2001, p. 66.

influir na criação literária. Portanto, o que houve “não foi fusão prévia para formar uma literatura, mas modificação do universo de uma literatura já existente, importada com a conquista e submetida ao processo geral de colonização e ajustamento ao Novo Mundo”.

Durante muito tempo os historiadores utilizaram a palavra descobrimento para explicar a chegada dos europeus às Américas. Entretanto, a partir do ano 2000, durante as comemorações dos 500 anos dessa chegada, o termo entrou em discussão. A grande questão era conceitual, ou seja, descobre-se algo que estava escondido ou algo que ninguém sabia da existência? Ora, o continente americano nunca esteve escondido, pois ali já viviam povos autóctones – sem entrar na discussão que desde a antiguidade existiam mapas que descreviam esse continente. Se usarmos a lógica de que os europeus não conheciam as Américas e por isso a descobriram, teremos que levar em consideração que os americanos também não conheciam a Europa e nem por isso ao saberem de sua existência declararam sua descoberta.

O que percebemos é que a adoção dessa palavra no século XVI estava carregada de um sentimento de superioridade. Os europeus consideravam suas maneiras de agir e de pensar superiores às dos povos que habitavam as Américas – o eurocentrismo<sup>34</sup>. Provavelmente porque, no caso do Brasil, os povos não fundiam metais, não viviam em cidades e andavam nus. Podemos exemplificar com os povos astecas e maias, que viveram nas Américas, viviam em cidades, fundiam metais e nem por isso foi estabelecida uma relação de igualdade entre eles e os europeus.

O cerne da questão está no que chamamos de eurocentrismo. Os europeus acreditavam que todos os povos que não partilhassem dos seus hábitos, costumes, religião, formas de agir e de pensar eram inferiores. Essa postura justificava a imposição da sua cultura à essas sociedades, mesmo que para isso precisassem submetê-los, escravizá-los e até mesmo dizimá-los.

Outra argumentação contrária ao uso da palavra descobrimento é a de que nas terras nas quais Cabral aportou (hoje o Brasil) ainda eram desconhecidas. O país como nós o conhecemos hoje, é uma construção histórica. Entretanto, se analisarmos mais profundamente esse argumento, percebemos que todo e qualquer país, inclusive as nações europeias, são fruto de construções históricas. As sociedades são dinâmicas e estão em constante processo de mudança.

Refletir sobre as transformações culturais, sociais, econômicas e políticas dos países nada mais refletem do que estudar e compreender suas histórias, portanto, o Brasil é o resultado

do trabalho, do esforço, da dor, da alegria; das festas, das comidas, das danças; do português falado com diferentes acentos e cantado na bossa nova, no samba, no axé; do feijão-com-arroz, do vatapá, do tucupi, da carne-de-sol, do acarajé, do tacapá e do churrasco; do branco, do negro, do índio; mais ainda, do mestiço, do cafuso, do cariboca, do mameluco, do mulato, do pardo e do retinto; do romance regional, da poesia concreta e do cordel; das cidades futuristas planejadas, do barroco e do utilitário; das praias ensolaradas, das serras com geadas e da garoa enfumaçada...<sup>35</sup>.

<sup>34</sup> O eurocentrismo consiste em colocar a Europa, sua cultura, suas línguas e seu povo como fundamental na constituição da sociedade moderna, considerando as culturas não-europeias de forma exótica ou mesmo xenófoba.

<sup>35</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conquista e Colonização da América Portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda

E poderíamos acrescentar as alterações sociopolíticas, econômicas e sociais, ou seja, de um conjunto de ações de agentes que produziram fatos históricos únicos. Assim, teremos que concluir que também Portugal, França, Inglaterra, China, Rússia, Estados Unidos, Colômbia, etc. são produtos de seus próprios processos históricos. Começou-se então a pensar em outra expressão – achamento, utilizada principalmente por historiadores portugueses do século XX, que se apresentou como possibilidade de problematizar ainda mais o assunto. Acontece que, descobrimento e achamento são sinônimos, logo, a explicação dada para desqualificar uma delas serve para cumprir com o mesmo propósito para a outra:

Em 1997, o Brasil inicia, sem se preocupar com nuances semânticas, o processo comemorativo dos "500 anos". A Comissão Nacional encarregada da preparação da comemoração oficializa o uso da terminologia "descobrimento", privilegiando, desse modo, uma certa orientação para a "rememoração" de sua história. Enquanto em um decreto estabelecido pela comissão portuguesa responsável pelas comemorações dos "grandes descobrimentos", a expressão "achamento" é preferida e utilizada no lugar de "descobrimento", o Brasil, por sua vez, opta pelo termo "descoberta". A expressão "descobrimento" é adotada, na linguagem dos políticos, da mídia e, curiosamente, no discurso da maioria dos intelectuais, sem fazer objeto sequer de questionamentos.<sup>36</sup>

Silva recorre ao historiador espanhol Sanchez de la Cuesta para incrementar um pouco mais essa discussão, o conceito incluído agora no debate é encontro, pois defende que, em 1500, houve um contato entre povos, culturas e civilizações diferentes.<sup>37</sup> Já falamos em descobrimento e achamento, mas “chegou a hora de dizer que essas expressões se prestam ao engano, pois podem dar ideia de que não havia presença humana anterior à chegada dos portugueses ao Novo Mundo, obviamente aos índios”<sup>38</sup>. Segundo pesquisas, quando desse encontro, já viviam nas Américas uma população de aproximadamente 88 milhões de habitantes, destacando-se na América do Norte os astecas, sioux e apaches; na América Central os maias e os chibchas e na América do Sul os incas e tupis. A expressão descobrimento havia se destacado não só pelo eurocentrismo, mas também pela visão heroica dos feitos do colonizador. Realmente nesse sentido, o uso da palavra descobrimento se torna descabido:

A palavra descobrimento, empregada com relação a continentes e países, é um equívoco e deve ser evitada. Só se descobre uma terra sem habitantes; se ela é ocupada por homens, não importa em que estágio cultural se encontrem, já existe e não é descoberta. Apenas se estabelece seu contato com outro povo. A expressão descobrimento implica em uma ideia imperialista, de encontro de algo não conhecido; visto por outro que proclama sua existência, incorporando-o ao seu domínio, passa a ser sua dependente.<sup>39</sup>

---

(org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 1990, p. 33.

<sup>36</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração / comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. vol.22, n°. 44, São Paulo, 2002. *On-line version* ISSN 1806-9347. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

<sup>37</sup> SILVA, 1990 p. 34-35.

<sup>38</sup> FAUSTO, 1995, p. 30-33.

<sup>39</sup> IGLESIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. *Estudos Avançados*, vol.6, no. 14. São Paulo Jan./Apr. 1992, Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141992000100003://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100003://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

Agora propomos uma comparação desses termos com outro, o de invasão ou conquista, defendido por Manuela Carneiro, reunindo dados de vários autores para chegar à uma estimativa das densidades demográficas da Península Ibérica e da América em 1492. Isso também vai ao encontro da análise do impacto da presença dos europeus nas Américas, a destruição de costumes dos índios e na dizimação de povos que ali viviam, por isso também o uso do termo invasão e conquista, pois foram várias as formas de violência, tanto física, quanto cultural e também a dizimação através de doenças contagiosas. Manuela Carneiro ressalta a discrepância nas informações do número de habitantes nos três continentes, pois o número de habitantes americanos seria superior ao de europeus e conclui que o continente europeu

[...] teria logrado a triste façanha de com um punhado de colonos, despovoar um continente muito mais habitado. [...] Se a população aborígine (indígena) tinha, realmente, a densidade que hoje se lhe atribui, esvai-se a imagem tradicional (aparentemente consolidada no século XIX), de um continente pouco habitado a ser ocupado pelos europeus. [...] a América não foi descoberta, foi invadida<sup>40</sup>.

O que se percebe nas duas primeiras correntes historiográficas é que a primeira trata a colonização como algo natural, tirando a importância das resistências, dos conflitos entre europeus e indígenas ao reduzir o choque cultural vivenciado por ambas as sociedades e os embates que daí surgiram a um mero encontro ou um contato. Isso permite interpretar que não houve relações de dominação e poder entre colonizadores e colonizados, e, além disso, um encontro/contacto é algo não intencional. Aliada à essa abordagem da questão é preciso compreender a importância da chegada de Colombo à América em 1492, e do Tratado de Tordesilhas em 1493. Afinal, uma comemoração de descoberta significa: a celebração de um encontro, de um desencontro ou de um mau-encontro entre europeus e índios, civilizados e primitivos?<sup>41</sup>. Assim, relata Manuela Carneiro:

Povos e povos indígenas desapareceram da face da terra como consequência do que hoje se chama, num eufemismo envergonhado, “o encontro” de sociedades do Antigo e do Novo Mundo. Esse morticínio nunca visto foi fruto de um processo complexo cujos agentes foram homens e micro-organismos, mas cujos motores últimos poderiam ser reduzidos a dois: ganância e ambição, formas culturais da expansão do que se convencionou chamar o capitalismo mercantil. Motivos mesquinhos e não uma deliberada política de extermínio conseguiram esse resultado espantoso de reduzir uma população que estava na casa dos milhões em 1500 aos pouco mais de 800 mil índios que hoje habitam o Brasil.<sup>42</sup>

Essa invasão teve inúmeras consequências para os índios, essa mortandade foi apontada pelas epidemias, por conta do isolamento que viviam não tinham imunidade, mas também as guerras e a fome, pela sede de escravos e a desestruturação social do trabalho agrícola.

## A visão dos índios na perspectiva eurocentrista

<sup>40</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1992, p. 14.

<sup>41</sup> SANTOS, Laymert Garcia dos. Amigos dos Índios: os trabalhos da Comissão Índios no Brasil. In: Luís Donisete Benzi Grupioni (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994, p. 29.

<sup>42</sup> CUNHA, 1992, p. 14.

Durante muito tempo as terras do Novo Mundo passaram despercebidas e esquecidas, sem grande importância, pois não se sabia ainda de suas riquezas. No início, após o descobrimento da terra de Vera Cruz, não havia um projeto colonizador por parte da Coroa, havendo fortes suspeitas de que a esquadra de Cabral tenha se desviado propositalmente da costa africana - deixando de merecer crédito a teoria do descobrimento dessas terras por acaso - tendo Cabral seguido uma orientação determinada para proceder à exploração. Um fato que evidencia essa omissão por parte da Coroa Portuguesa de um plano de colonização pré-definido é a questão das frentes colonizadoras, que, apesar do nome, eram frentes isoladas e fragmentadas, várias frentes que não estavam integradas umas às outras, ou seja, frentes meramente exploratórias:

As expedições de exploração da costa, enviadas desde 1501 e durante os vinte primeiros anos do século, deram nome aos acidentes geográficos e mediram as latitudes de norte a sul, trazendo contribuições decisivas para reforçar a idéia de que a terra firme ocidental era um continente, e para melhor representá-la nessa feição.<sup>43</sup>

Essa grande porção de terra foi vista com desprezo e desdém pelos reis portugueses e pelos colonizadores – a não ser pelos bens que dele tiravam, com exceção de D. João III, que muito o estimou, onde aqueles, por mais abastados que fossem pretendiam levar todo bem extraído para Portugal, como bem enfatiza Frei Vicente Salvador:

E deste mesmo modo se haviam os povoadores, os quais por mais arraigados que na terra estivessem, e mais ricos que fossem, tudo pretendiam levar à Portugal, e se as fazendas e bens que possuíam soubessem falar também, lhes haveriam de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: papagaio real para Portugal, porque tudo querem para lá. E isso não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para desfrutarem e a deixarem destruída.<sup>44</sup>

De 1500 a 1530, a exploração era limitada a expedições para coleta e transporte de pau-brasil, madeira nobre muito apreciada no continente europeu, o que mudou com as constantes ameaças dos franceses, que fizeram com que a Coroa Portuguesa revisse suas políticas de ocupação da terra de Vera Cruz, de modo que enviou assim a expedição de Martins Afonso de Sousa, que compunha-se de colonos que levavam consigo sementes, plantas e animais para fazer dali uma colônia em seu sentido completo, para que se iniciasse então o processo de fixação de colonos no Brasil, com D. João III – O Colonizador. Resumindo: administrar a terra, organizar a exploração da economia e povoar a colônia defendendo-a.

Durante esse processo, distribuíram-se terras para serem cultivadas, fundaram-se vilas, combateram-se as invasões piratas, estabelecendo-se então um processo real de colonização, saindo do período que ficou designado de Pré-colônia. Não trataram a colônia na América Portuguesa com cuidado por não terem a noção da extensão e da riqueza que a mesma possuía, pois a ausência de uma colonização de fato permaneceu até a expedição de Martim Afonso de Souza em 1530:

<sup>43</sup> SOUZA, Laura de Mello. O Nome do Brasil. In: *Revista de História* 145, 2001, p. 63.

<sup>44</sup> SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil (1500 – 1627)*. Curitiba: Juruá, 2011, p. 37.

Todos esses fatos evidenciam o pouco interesse da Coroa em aproveitar economicamente a terra, então considerada como um *espaço-reserva* para atividades mais sistemáticas, e que naquele momento servia primordialmente como fornecedor de pau-brasil, não requerendo maiores esforços no sentido de se investirem capitais e se prover à colonização<sup>45</sup>.

Para que os portugueses conseguissem uma boa fluência no território para extraírem o pau-brasil, ou qualquer outra riqueza daquela terra, eles precisavam se comunicar e interagirem com os índios que ali habitavam, e, para isso, era preciso ter relações produtivas com aqueles nativos, e assim, pouco a pouco foram se ajustando, mas “viam-nos através das lentes de seus preconceitos culturais e interpretavam-nos de acordo com a sua própria conveniência”<sup>46</sup>. A maioria das viagens de reconhecimento nas quais ocorreram os primeiros contatos com os habitantes nativos existia a dificuldade de comunicação por causa da língua local, e isso se consegue ver nas descrições de Pero Vaz de Caminha em sua carta – como documento mais fiel de prova desse contato, que começa relatando as características físicas dos habitantes locais.

Na carta, Pero Vaz de Caminha enfatiza que estavam todos nus e sem nada que lhes cobrissem, e nem faziam caso de se cobrirem, mas somente por pura inocência. Traziam nas mãos arcos e flechas. A feição deles era parda e meio avermelhada, com bons rostos e narizes. Todos tinham os beijos de baixo com ossos ali colocados. Seus cabelos são corredios. Andavam tosquiados<sup>47</sup>. Vieira fala que nesse momento começam as primeiras impressões sobre os índios:

Aqui temos um primeiro olhar sobre o índio, a primeira referência à diferença observada. A forma como é relatado este encontro evidencia o espanto e o maravilhamento. Por um lado, a nudez dos corpos que, descrita em primeiro lugar, demonstra o que de imediato chamou a atenção do autor, por outro, as suas armas de defesa: os arcos e as setas, revelando a sua fraqueza bélica. A falta de comunicação não impediu o primeiro contacto e as primeiras trocas comerciais. De Nicolau Coelho os índios receberam o barrete vermelho, a carapuça de linho e um sombreiro preto. Em troca deram-lhe um sombreiro de penas de aves e um colar de contas brancas.<sup>48</sup>

Nesse sentido, já se esboçava o sentimento de superioridade dos portugueses em relação aos índios, o poder dos portugueses na figura de seu capitão frente ao poder bélico dos índios. Através dessas descrições, percebe-se um olhar negativo dos índios, baseando-se nos padrões europeus e portugueses de uma sociedade. Antes de olharem mais profundamente para aquela cultura, simplesmente já a colocaram em posição inferior. Assim, a principal missão dos colonizadores passa a ser a de civilizar esses povos nativos, para lhes imprimirem a cultura europeia, para que essas culturas primitivas evoluíssem através desse contato:

Criou-se assim um princípio ‘universal’ em relação às populações das colônias, vistas agora como sub-humanas, desprovidas da capacidade de pensar, desprovidas de saberes; em termos políticos, esta ideologia traduziu-se, como este texto analisará, na transformação dos habitantes dos espaços coloniais em súditos, administrados por sistemas legais desiguais,

<sup>45</sup> SOUZA, 2001, p. 64.

<sup>46</sup> DISNEY, 2011, p. 323.

<sup>47</sup> CORTESÃO, 1994.

<sup>48</sup> VIEIRA, Andresa Cristina Corga. *Por terras de Vera Cruz*. Os olhares do experimentado: Caminha, Mestre João e Piloto Anónimo (Dissertação de Mestrado; Orientadora Dra. Ana Paula Avelar), 2013, p. 45. Disponível em: <[https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3060/1/por%20Terras%20de%20Vera%20Cruz%20\\_%20Os%20Olhares%20do%20Experienciado\\_%20Camin.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3060/1/por%20Terras%20de%20Vera%20Cruz%20_%20Os%20Olhares%20do%20Experienciado_%20Camin.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

imobilizados em categorias legais rígidas e forçados a processos de assimilação, dada a impossibilidade de co-presença dos dois lados desta linha abissal<sup>49</sup>.

O eurocentrismo pode ser definido como a superioridade da cultura e dos interesses europeus em detrimento da cultura e dos costumes de outros povos, sendo então melhor e de mais importância comparada com outras culturas. Acreditando nessa superioridade, principalmente no período das Grandes Navegações e grandes descobertas de culturas até então desconhecidas aos europeus, implantavam essa cultura “mais desenvolvida” nas terras que descobriram. Esse conceito foi usado como justificativa para as relações de dominação que os colonizadores mantinham com os nativos das terras descobertas, iniciando assim o preconceito entre raças na estrutura de poder hierárquico da sociedade:

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial<sup>50</sup>.

Muito pouco destaque a historiografia deu à figura dos índios, haja vista grande parte das vezes essa cultura indígena foi considerada inferior em relação aos colonizadores, e, por isso, não precisavam figurar e nem a consideravam importantes na formação do Brasil.

## Conclusão

Grande importância na história não só de Portugal, mas de todo mundo foi os acontecimentos que nortearam as Grandes Navegações, como assim os exalta Fernando Pessoa (1935):

Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal!  
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,  
Quantos filhos em vão rezaram!  
Quantas noivas ficaram por casar

<sup>49</sup> MENESES, Maria Paula. *O 'indígena' africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais*, *E-cadernos CES*, 7, 2010, p. 69.

<sup>50</sup> QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, 2005, p. 118. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena  
 Se a alma não é pequena.  
 Quem quer passar além do Bojador  
 Tem que passar além da dor.  
 Deus ao mar o perigo e o abismo deu,  
 Mas nele é que espelhou o céu.

Conforme os indícios, principalmente pela forma da negociação do tratado de Tordesilhas, mais claro que qualquer outro, é que D. João II sabia da existência das terras brasílicas, pois, através de navegadores e pessoas influentes, teve acesso a documentos e mapas, e, grande parte disso ficou guardado em segredo. O documento mais confiável a respeito dessa viagem – a carta de Caminha – não faz referência a nenhuma tempestade, mesmo com uma lacuna de tempo, parece ser esse um fato que, se tivesse mesmo ocorrido, teria sido objeto de descrição na referida carta, por conta da importância do fato de tê-los levado a encontrar terras tão vastas e importantes.

Com base nas provas conhecidas, é impossível resolver em definitivo o debate da questão conceitual da terminologia da chegada dos europeus à América e, particularmente, dos portugueses ao Brasil, mas tenho certeza que uma pergunta ficou no ar: qual dos termos é o mais correto para designar esse fato? Meu posicionamento é pelos conceitos de intencionalidade e invasão, mas deixo claro que essa foi uma escolha pessoal, adiantando que não há como definir certo ou errado nesse caso, pois as linhas historiográficas são múltiplas. Defendo essa linha depois de tentar equilibrar os pontos negativos e positivos para ambas as culturas.

Claro é que, para os europeus foi positiva essa chegada, os comerciantes lucraram muito com a conquista e colonização das terras do continente americano, pois havia ouro e outros metais preciosos, muitas novas descobertas de vegetais, impulsionando também a cultura europeia. Ao passo que, para o índio, houve muitas mortes com já foi dito, e supressão de cultura, pois no início as relações foram tranquilas, mantendo uma relação comercial com os índios, mas, com a instalação da colônia isso se modificou.

Portanto, conclui-se que, a questão da intencionalidade é um debate que não se pode ao certo chegar a uma conclusão concreta, nem mesmo no que tange à chegada dos europeus às Américas. Porém, o fato se aproxima mais de um processo de invasão e conquista, mediante as atitudes com que se relacionaram com os índios, sem colonizarem de fato a terra, mas com intuito de se beneficiar dela, permanecendo assim até a expedição de Martim Afonso de Souza em 1530; e também porque quando aconteceu esse encontro de culturas, exista nas Américas uma população de quantidade bem significativa, e a expressão descobrimento havia se destacado não só pelo eurocentrismo, mas também pela visão heroica dos feitos do colonizador, por se julgarem superiores aos povos locais.

Esse processo foi catastrófico para os índios, pois, por serem vistos como inferiores não se pensou em preservá-los, mas sim usá-los, pois “sofreram violência cultural, epidemias e morte”.<sup>51</sup>

<sup>51</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 40.

Com tudo isso, os europeus desenvolveram uma percepção de que “o trabalho pago era privilégio dos brancos”, e a inferioridade dos colonizados implicava que “[...] não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos”<sup>52</sup>.

Infelizmente essa realidade ainda existe, uma classificação racial com a identificação de raças superiores e inferiores nos atuais centros capitalistas, de que os brancos são superiores aos negros, sendo muitas vezes ainda humilhados por essa herança que persiste em caminhar no meio da sociedade atual, explicando o racismo existente no mundo. Com os índios muitas vezes esse preconceito não é visto, pois nem sempre estão às nossas vistas, a não ser quando aparecem em notícias e documentários tentando defender suas terras.

## Referências

ALBUQUERQUE, Luís de. Introdução. In: ALBUQUERQUE, Luís de (Dir.). *Portugal no Mundo*, 1989, p. 7-23. Lisboa: Publicações Alfa.

ALVES, Aluizio, Filho. Aspectos políticos e administrativos da formação e consolidação do Estado nacional brasileiro (1808-1889) [Versão eletrônica]. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 8(1), 2009, p. 100-110. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-44642009000100011&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642009000100011&lng=pt&tlng=pt)> Acesso em: 12 maio 2015.

BOMENY, Helena; FREIRE, Américo & MOTA, Marli Silva da. *História do Brasil* (vol. 1, Série Telecurso 2000). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), 1995.

BRASIL. Governo e política. Portal Brasil. *Colônia*, 2000. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/01/colonia>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

CARVALHO, Filipe Nunes de. Do Descobrimento à União Ibérica. In: SERRÃO, Joel & MARQUES, Antônio Henrique de Oliveira. (Orgs.). *O Império Luso-brasileiro 1500-1620*, Nova História da Expansão Portuguesa (Vol. 6, p. 19 - 204). Lisboa: Estampa, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1992.

CORTESÃO, Jaime. *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa: Casa da Moeda, 1994.

DIAS, Manuel Nunes. Expansão Europeia e Descobrimento do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilhderme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. 8. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

DISNEY, Anthony. R. *História de Portugal e do Império Português* (vol. 2; M. Amaral, trad.). Lisboa: Guerra e Paz, 2011.

---

<sup>52</sup> QUIJANO, 2005, p. 120.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

FONSECA, Luís Adão da. A Primeira Expansão Portuguesa e a Globalização: do Poder Naval à Consciência da Unidade do Mundo. *Conferência proferida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 2005.

GARCIA, José Manuel. *Dicionário essencial de História de Portugal*. Lisboa: Editora Presença, 2010.

IGLESIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. *Estudos Avançados*, vol.6, n.º 14. São Paulo Jan./Apr. 1992. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141992000100003://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100003://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

LE GOFF, Jacques. Uma entrevista com Jacques Le Goff. Transcrita, traduzida e editada por Monique Augras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 8(4), 1991, p. 262 – 272. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2317/1456>>. Acesso em: 05 maio 2015.

MARQUES, Antônio Henrique de Oliveira. A Expansão no Atlântico. In: SERRÃO, Joel & MARQUES, Antônio Henrique de Oliveira (Orgs.) *A Expansão Quatrocentista*, Nova História da Expansão Portuguesa (vol. II). Lisboa: Estampa, 1998.

MENESES, Maria Paula. O 'indígena' africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais, *E-cadernos CES*, 7, 2010, p. 68-93.

PESSOA, Fernando. *Mensagem – Mar Português*. Disponível em: <<http://www.citador.pt/poemas/mensagem-mar-portugues-fernando-pessoa>>. Acesso em: 25 maio 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, 2005, p. 117 – 142. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. Padrões de Colonização no Império Português, 1400 – 1800. In: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diego Ramada (Dir.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800, 2010*, p. 171 – 206. Lisboa: Edições 70.

SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil (1500 – 1627)*. Curitiba: Juruá, 2011.

SANTA RITA, Idelfonso de. A construção da segurança no caminho do gelo. Experiências de navegação e manobra no Atlântico do Noroeste. *Revista de Estudos Sociais - Fluxos e Riscos*, 1, 2010, p. 155 – 179. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/fluxoseriscos/article/view/2519>>. Acesso em: 04 maio 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 2007, p. 3-46.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Amigos dos Índios: os trabalhos da Comissão Índios no Brasil. In: Luís Donisete Benzi Grupioni (org.). *Índios no Brasil*, 1994, p. 29 – 36. Brasília: MEC, 1994.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal (1495 – 1580)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1990.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Reis de Portugal*, 2. Dinastia - Aviz, vol. X, D. João II - O Príncipe Perfeito, Filmes Unimundos, 9 discos – DVD, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conquista e Colonização da América Portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 1990.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Lembrança / comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. vol.22, nº. 44, São Paulo, 2002. *On-line version* ISSN 1806-9347. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SOUZA, Laura de Mello. O Nome do Brasil. In: *Revista de História* 145, 2001, p. 61-86.

VIEIRA, Andresa Cristina Corga. *Por terras de Vera Cruz*. Os olhares do experimentado: Caminha, Mestre João e Piloto Anônimo (Dissertação de Mestrado; Orientadora Dra. Ana Paula Avelar), 2013. Disponível em: <[https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3060/1/Por%20Terras%20de%20Vera%20Cruz%20\\_%20Os%20Olhares%20do%20Experienciado\\_%20Camin.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3060/1/Por%20Terras%20de%20Vera%20Cruz%20_%20Os%20Olhares%20do%20Experienciado_%20Camin.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.